

“Vida na favela”: considerações sobre trabalho feminino no cotidiano do bairro

Edenilse Pellegrini da Rosa¹

Resumo: Este artigo propõe uma discussão sobre o trabalho desenvolvido pelas mulheres em situação de pobreza. Refere-se ao trabalho doméstico e ao trabalho comunitário, este último desenvolvido especialmente pelas lideranças femininas. O estudo foi realizado numa favela de Florianópolis/SC durante a implantação de um projeto de habitação. As conclusões apontam para a necessidade de mensuração e valorização do trabalho doméstico, uma vez que este é responsável pelo cuidado da vida humana, não implicando somente em subsistência biológica, mas em bem-estar, qualidade de vida, afetos, relações e tudo aquilo que faz de nós pessoas. Já o trabalho comunitário ou de “participação cidadã” contribui para a consolidação das comunidades atuando na construção das redes de solidariedade, da cidadania e das relações sociais constituintes dos indivíduos.

Palavras-chave: Mulher; trabalho doméstico; “participação cidadã”, gênero.

1. Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a importância do trabalho realizado pela mulher em situação de pobreza nas comunidades que residem, assim como do trabalho doméstico.

Seguimos a hipótese de que, nas populações em situação de pobreza é comum uma maior mobilidade do homem que se ausenta do lar por situações ligadas ao trabalho, abandono familiar como também por situações ligadas às prisões, mortes e ameaças pelo envolvimento com o tráfico e consumo de drogas. Assim, na ausência masculina são as mulheres que carregam a responsabilidade pelo sustento familiar e educação dos filhos, sendo a casa um espaço de segurança e abrigo onde ocorrem as relações de reprodução familiar material e simbólica, características de cada cultura. Também são as mulheres que atuam diariamente na construção das comunidades, articulando entre os afazeres domésticos, trabalho fora de casa e atuação em organizações comunitárias. No entanto, considera-se que a mulher ainda possui pouco poder nas decisões do bairro; o papel feminino que desempenha carece de visibilidade; e o trabalho que desenvolve nos espaços da casa e da comunidade não é percebido como produtivo.

¹ Formada em Ciências Sociais e mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Contato: edenilse@gmail.com.

Para tal artigo, fez-se um recorte da discussão realizada na dissertação de mestrado intitulada *Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres*². A mesma refere-se à participação das mulheres num projeto de habitação popular da Região Chico Mendes/Florianópolis, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Programa Habitar Brasil BID (HBB) compreendeu as comunidades Nossa Senhora da Glória, Chico Mendes e Novo Horizonte. Essas três comunidades são conhecidas como a Região Chico Mendes. Na região residem aproximadamente 1.383 famílias, somando mais de 5 mil pessoas. A Região Chico Mendes está localizada ao longo da via expressa (BR – 282), na área continental do Município de Florianópolis. Sua constituição deu-se por ocupações irregulares de terra pública, principalmente entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, feitas por pessoas na sua maioria vindas da região serrana e do oeste catarinense.

Como recursos metodológicos para obtenção dos dados foram utilizados entrevistas semi-estruturadas, entrevistas de grupo, ambas gravadas; participação em oficinas de mulheres; participação em reuniões da comunidade; registro visual por fotografia; e conversas informais. O campo foi realizado entre os meses de março a novembro de 2006.

2. Quem são essas mulheres?

Entre as mulheres entrevistadas, 16 são moradoras comuns e 6 são moradoras líderes comunitárias. Suas identidades foram resguardadas, tanto que seus nomes foram substituídos por nomes de flores.

Sobre essas mulheres, o que se pode afirmar é que suas vidas nunca foram fáceis, ao contrário, suas narrativas traduzem violência, pobreza, envolvimento de familiares com drogas e doença.

A descendência cabocla é forte na região, embora muitas mulheres não saibam responder sobre suas origens, pois foram afastadas precocemente de seus familiares.

Sobre a infância, as mulheres dizem que foi curta e de muito trabalho. As determinações do pai eram para que trabalhassem seja em casa, cuidando dos irmãos, na roça, ou fora de casa trabalhando de empregada doméstica. O estudo não era valorizado

² ROSA, Edenilse Pellegrini da. *Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres*. Mestrado em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis, 2007.

na época e quando o pai permitia que os filhos estudassem, a preferência era dada aos meninos.

A fase de adolescência nunca apareceu nas conversas, quando se descobriam “mocinhas” logo engravidavam. Da curta infância passavam para a idade adulta. Muitas afirmaram ter começado a trabalhar fora ou na roça a partir dos 8, 9 anos de idade. O casamento também acontecia cedo. Aos 15 anos estavam casadas e grávidas.

As atividades profissionais das mulheres entrevistadas estão ligadas aos serviços que tradicionalmente desenvolvem dentro de casa, como empregadas domésticas, diaristas, agentes de saúde, cozinheiras, limpeza de prédios e ruas, babás e costureiras, dentre outros. São trabalhos de baixa remuneração e as vagas são preenchidas por pessoas com baixo nível de instrução.

O emprego doméstico é bem visto pelas mulheres, pois possui um caráter estratégico em seu cotidiano. São os patrões, ou como elas preferem dizer, “a patroa”, que as auxilia em tempos de crise com alimentação e roupas. Segundo Woortmann (1987), uma “boa patroa” serve a elas como conselheira orientando na educação das crianças; acesso a serviços como escolas e creches; indicação de emprego para os filhos; como apoio jurídico em casos de separações; tratamentos de saúde e reivindicação de direitos.

As atividades ligadas a vendas de alimentos na rua e de catadoras de papelão e latinha são boas opções para as mulheres que não conseguem um trabalho “fichado”³.

É comum encontrar mulheres que possuem filhos de diferentes homens, pois se casaram várias vezes. Mulheres que se separam ou são abandonadas pelo marido, segundo Tania Salem (1981), contam com uma rede de solidariedade dos vizinhos e da família para manter a subsistência da prole.

A laqueadura e o uso da pílula anticoncepcional são os métodos mais utilizados entre as mulheres para evitar a gravidez. O acesso a esses métodos e à informação explica o menor número de filhos entre as mulheres mais jovens.

Mas, o que mais encontramos nessas mulheres é a preocupação, o medo das mães que os filhos cresçam e se envolvam com drogas. O medo procede, pois é comum encontrar mulheres com filhos presos ou até já falecidos. Existe uma vigilância constante nas amizades, nos comportamentos dos filhos mais novos. Este medo também é a principal razão que leva as mulheres a mudarem-se constantemente ou a

³ Trabalho com carteira assinada.

participarem ativamente dos trabalhos comunitários como forma de controlar/vigiar melhor o espaço em que vivem com seus filhos.

3. Trabalho de mulher “não tem preço”!

As mulheres, principalmente as mulheres de famílias pobres, nunca foram alheias ao trabalho e em todas as épocas e lugares têm contribuído para a subsistência de sua prole e para criar a riqueza social (SAFFIOTI, 1976).

Tradicionalmente é função masculina prover a casa, mas como o salário não é suficiente, as mulheres são impulsionadas para o mercado de trabalho atuando em conjunto com os maridos no sustento familiar, ainda que sob o caráter de trabalho “provisório” ou de “ajuda”. Além disso, entre famílias em situação de pobreza, é comum o marido abandonar o lar deixando toda a responsabilidade de criar os filhos para a mulher o que lhe pesa por ter que desempenhar o papel de mãe simultaneamente ao papel de provedora. Além do abandono voluntário, as mortes por envolvimento com drogas, as ameaças, as prisões e as doenças acontecem com mais frequência em favelas e contribuem significativamente para o aumento das estatísticas de ausência masculina do lar.

Assim, percebe-se como fundamental apresentar um quadro sobre a questão do trabalho feminino, expondo os avanços que as mulheres conseguiram em sua inserção no mercado de trabalho, como também, a importância do trabalho doméstico que envolve não somente os afazeres da casa, mas a “produção” de seres humanos e do trabalho das mulheres nas comunidades ajudando a construí-las. Sem a intenção de esgotar a discussão sobre o assunto, reporta-se a alguns trabalhos que permitam a apresentação desses temas.

Nas últimas décadas assistimos a uma presença significativa de mulheres na esfera pública, com inserção nas universidades, na política e no mercado de trabalho. Ora rompendo barreiras que colocam sua capacidade à prova, ora impondo sua presença sustentada pelo sistema de cotas, a questão é que mesmo com toda discriminação a mulher tem conquistado um amplo espaço público, ganhando reconhecimento e prestígio pelo trabalho desenvolvido, mas ainda não alcançou total igualdade frente aos homens.

Tal fato pode ser observado em consulta aos dados de Melo (1998), visto que de 1985 a 1995 a taxa de ocupação feminina cresceu de 33,42% para 37,95%. A taxa média de crescimento ao ano da inserção das mulheres no mercado de trabalho foi de

3,68% contra 2,37% do total de pessoas. Isto sugere que o número de mulheres empregadas está crescendo mais que o dos homens. Entretanto, basta observar os salários das profissões tradicionalmente femininas relacionadas à educação, à alimentação, dentre outras, para entender que os trabalhos realizados pelas mulheres são mais desvalorizados financeiramente.

A partir da década de 1980, houve um aumento da participação feminina em todas as atividades econômicas (MELO, 1998), sendo que a maior absorção das mulheres se deu no comércio e na administração. Mas, o serviço doméstico remunerado ainda é a principal ocupação das mulheres brasileiras somando quase 5 milhões delas. Domésticas, trabalhadoras rurais e comerciárias perfazem 46% da mão-de-obra feminina. Depois temos as áreas do ensino e da saúde.

A inserção da mulher no mercado de trabalho abre o foco para a percepção das várias formas de dominação e discriminação que acontecem neste espaço, relacionadas não somente às questões de gênero. A noção de gênero nos permite melhor compreender que a divisão sexual do trabalho nada mais é que uma construção social desigual de valor e de poder que confirma a existência de uma hierarquia entre os sexos, e que, esta hierarquia reflete-se também no mercado de trabalho. Entretanto, também nos referimos às desigualdades de classe e de etnia. A deputada Luci Choinacki (2004), relatora da Comissão Externa do Relatório sobre Feminização da Pobreza no Brasil, afirma que a pobreza tem contornos diferentes em cada região do país, mas, em todos eles, tem rosto feminino e cor negra. A deputada ainda questiona sobre o que leva as mulheres a serem as mais pobres entre os pobres.

Assim, tem-se que o trabalho feminino, apesar do progressivo reconhecimento, ainda sofre diversas discriminações e, em alguns casos, como no do trabalho doméstico, é até considerado como não-trabalho. Para Leda Machado (1999), o trabalho reprodutivo é entendido, nas sociedades capitalistas, como de responsabilidade das mulheres e está tão naturalizado como tal que tornou-se invisível.

A tradicional submissão da mulher ao homem e a desigualdade entre os sexos não podem ser vistas de forma isolada. Saffioti (1976) sugere a análise da sociedade de classes a partir da perspectiva de gênero e afirma que o capitalismo se deu em condições extremamente adversas à mulher. Esse sistema se apropriou do patriarcalismo, utilizando o caráter submisso que molda as mulheres para sua marginalização das funções produtivas, restando a elas trabalhos mais precários e com menor remuneração. A própria maternidade é usada contra a mulher, pois é possível que em algum tempo de

sua vida a mulher ausente-se de seu trabalho por razões ligadas aos filhos. Assim, essas funções femininas operam no sentido da discriminação social a partir do sexo expulsando as mulheres do mercado de trabalho ou permitindo-lhes uma integração periférica.

A autora também ressalta que a sociedade burguesa estabeleceu a igualdade formal de seus membros, pois necessitava de mão-de-obra livre, instaurando a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, negou parcialmente seus princípios, uma vez que, na medida em que se tratava de uma sociedade de classes, o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico e, de fato, as diferenças anulavam a igualdade formal. Assim, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres.

Além disso, a integração da mulher no mercado de trabalho, mantendo ao mesmo tempo os papéis ocupacionais e os familiares é uma sobrecarga considerável. Muitas abrem mão de uma possível realização profissional em benefício da família. Nessa decisão também pesa o próprio tipo de formação recebido pela mulher que gira em torno do cuidado, da reprodução e da socialização dos filhos. Mas também pesa a capacidade do cônjuge de promover o sustento familiar para que ela possa escolher entre uma carreira profissional e a dedicação exclusiva à família. Assim, o trabalho não-pago que a mulher desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho, pois faz render o baixo salário recebido pelo marido, diminuindo para as empresas capitalistas o ônus do salário mínimo de subsistência, que o capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho, (SAFFIOTI, 1976).

As contribuições de Saffioti (1976) são de grande valia para o entendimento da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade capitalista, de classes, e no sistema de produção. Entretanto, a autora defende que o trabalho doméstico, por fazer parte da esfera reprodutiva seria improdutivo, o que desqualifica todo o trabalho que a mulher realiza nas funções do lar, de reprodução e socialização dos filhos. Por isso, recorreremos a Carrasco (2005) que aborda a questão do trabalho doméstico de maneira diferente, enfatizando a função que desempenha no sistema capitalista. Dessa forma, ela dá margem à discussão sobre a relação da mulher com a economia e sobre o valor do trabalho doméstico.

Entende-se que a categoria gênero surge frente à incapacidade das teorias das ciências sociais de explicarem a desigualdade social entre os gêneros feminino e masculino. Ou como sugere Carrasco (2005), não somente pela incapacidade de

oferecer uma explicação, mas pela incapacidade de oferecer um tratamento adequado à desigualdade social entre os sexos.

Entretanto, apesar desta categoria ter resolvido muitos problemas estabelecendo as bases para construções teóricas feministas, a discussão ainda está em curso principalmente na Economia que pouco se dedicou a estudar o trabalho feminino e mais particularmente o trabalho doméstico.

O conceito de trabalho tem sido muito questionado a partir da perspectiva de gênero. Diversas pesquisadoras negam a referência exclusiva ao seu caráter mercantil, porque este, por sua vez, nega a existência da condição de “trabalho” a outros tipos, principalmente as atividades domésticas realizadas majoritariamente pelas mulheres (CARRASCO, 2005).

O resultado dessa discussão, muito presente na literatura feminista, dá ênfase para o questionamento sobre como dar valor ao trabalho doméstico, uma vez que, a partir das teorias da economia clássica, são atividades que não há como mensurar. Como seria possível atribuir um valor ao trabalho referente aos cuidados e aos afetos com a família e com os filhos realizados especialmente por mulheres?

Neste ponto algumas mudanças já estão em curso. A ONU (2005)⁴ divulgou que o trabalho não remunerado de pessoas que cuidam dos filhos e de idosos representa US\$ 16 trilhões anuais, sendo que destes, US\$ 11 trilhões são gerados por mulheres. A mensuração e a divulgação deste dado significam um avanço em relação à limitação das estatísticas oficiais em captar e analisar todo o trabalho que se realiza na sociedade.

Carrasco (2005) mostra a centralidade que o processo de reprodução social ocupa em sua análise quando afirma a necessidade de se redefinirem as categorias não neutras da economia permitindo o desenvolvimento de novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico para dar visibilidade ao trabalho doméstico.

Neste momento, reporta-se ao estudo de Woortmann (1987) sobre as famílias pobres da cidade de Salvador – Bahia aplicável a quase todas as famílias pobres de outros lugares. Neste estudo, o autor afirma que o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois somente conseguem criar seus filhos com o trabalho de ambos. Conforme Woortmann (1987, p.87-88), “[...] na sociedade brasileira, o grupo doméstico organiza uma divisão social do trabalho segundo o modelo que atribui ao

⁴ Dado disponível em: www.onu-brasil.org.br Acesso em: 10/06/2006.

marido-pai e aos homens em geral o papel de provedor de renda e à esposa-mãe o da prestação de serviços”. Porém,

Os papéis domésticos da mulher não são menos econômicos que os do marido pois, usando certos “meios de produção” - panelas, frigideiras, fogão, etc. – e certas “matérias-primas” - o alimento cru – e “economizando” com os recursos disponíveis, ela produz certos bens [a comida cozida] e serviços a serem consumidos pelos membros da unidade doméstica [...]; ainda que de forma indireta, as atividades da mulher também geram renda, mesmo que – e por isso mesmo - não sejam remuneradas.

Paulilo (2005) entende que a afirmação de Woortmann (1987) contém uma visão bastante crítica do que em geral se entende por “atividade econômica”, ou seja, esta atividade é entendida em termos de uma economia de mercado, onde o trabalho é uma mercadoria como as outras, sendo seu conceito identificado somente com o de emprego. Assim, o trabalho que não pode ser “vendido” é, nesta perspectiva, considerado “improdutivo”, como as atividades domésticas.

Carrasco (2004) afirma que os modelos econômicos tradicionais não consideram os processos fundamentais para a reprodução social e humana, desconsiderando assim os trabalhos referentes aos cuidados da vida e de reprodução das pessoas realizados quase que exclusivamente por mulheres. Como trabalho doméstico, a autora entende que este se constitui de um conjunto de tarefas que prestam apoio a pessoas dependentes por motivo de idade (crianças e idosos) e de saúde como também à grande maioria de homens adultos. Estas tarefas são fundamentais para garantir a estabilidade física e emocional dos membros da família.

Ainda para esta autora, o objetivo do trabalho doméstico, responsável pelo cuidado da vida humana, não implica somente em subsistência biológica, mas em bem-estar, qualidade de vida, afetos, relações e tudo aquilo que faz de nós pessoas. É o trabalho doméstico, no sentido dos cuidados, que possibilita a aquisição do capital humano.

Em Gilligan (1982) também encontramos contribuições à discussão. A autora desenvolveu uma pesquisa baseada nas diferenças de gêneros com homens e mulheres em idades variadas e de diferentes classes sociais sobre a perspectiva moral que cada um possui de si. A autora propõe que existe uma diferença entre o raciocínio moral feminino e o masculino. Enquanto as mulheres baseiam seu raciocínio moral dentro da noção de cuidado, os homens baseiam na noção de justiça. O princípio moral das mulheres tende a priorizar o outro, o cuidado para com o outro, indo além do princípio

de justiça. A dedicação das mulheres às atividades relacionadas ao cuidado, à assistência é socialmente estimulada, sendo comum a transferência de habilidades e funções de cuidar, praticados na casa e na comunidade, para as profissões que exercem.

Além disso, percebe-se que cotidianamente é atribuída à mulher a responsabilidade pelo caráter e moral dos filhos adultos. Se estes se tornam pessoas de bem é porque foram bem educados pelos pais, mas se os filhos trilham os caminhos obscuros do crime, das drogas, do mau caráter, diz-se que foi por falha da mãe. Destaca-se para a importância dessa questão, pois tradicionalmente a mulher possui maior responsabilidade sobre os filhos e se estes não “derem certo na vida” é sobre os ombros da mãe que pesa a designação de incompetência, de fracasso e de culpa. A entrevista que segue expõe essa situação.

Às vezes eu me pergunto, onde que eu errei. O que eu fiz de tão errado que eu não pude dá uma vida digna pros meus filhos. Não pude dá uma boa alimentação, uma boa moradia. A gente vive com dificuldades, desrespeitados, desmoralizados. O que faltou? Comida? Amor? Porque eu me separei então eu não fui uma boa mãe? [...] Eu não me acho justa de ter botado 9 filhos no mundo que isso [...] não é vida [...] agora eu não me acho no direito, assim quando eu engravidava eu não pensava, mas agora eu fico pensando, porque que eu fiz isso? Eu não fui digna de mim, eu não fui capaz de sê uma boa mãe, eu não fui capaz de dá um vida digna pros meus filhos, eu não tive força, eu não tive luta, eu não corri atrás pra podê dá uma boa alimentação, uma boa escola, meu filho as vez não tinha o que comê, as vez eu não tinha onde dormi, aí eu me pergunto – será que é por isso que ele virou isso? Que eu tô com um filho que agora tá preso, é um filho assim... não que tenha diferença dos outros, mas é o mais pequenininho, o mais doentinho. Então assim, meu Deus, ele até hoje se fizeram alguma coisa com ele acho que eu morro. E eu me sinto culpada porque quando ele fez 13, 14 anos que ele queria um bom tênis, queria andá com uma roupa e eu nunca tive pra dá, então eu acho assim que ele saiu, que eu perdi ele no meio dos meus dedos pra essa vida, pra essa maldição de droga, pra essa vida aí. [...] Eu não tive capacidade, não tinha um serviço digno, não tinha um bom salário, eu não tinha ninguém para podê dá as coisas, então ele foi pra rua porque ele tem o direito de querê o melhor. [...] Então assim, eu fico me perguntando: por que eu não segui meu estudo, porque que eu não fui morá num outro lugar, quem sabe seria diferente, mas ainda eu não me achei, eu me pergunto, mas ainda não tive respostas. Aí eu olho pro outro lado e vejo aquela mãe que é mulher de juiz, de advogado, que o filho já nasceu em “berço de ouro” com musiquinhas, tudo e são iguais ou pior do que o meu. Aí eu me pergunto: Tá, eu errei em quê? E ela errou em quê? Em ter dado muito? Ter dado uma boa alimentação, ter sempre dinheiro, remédio? (Orquídea).

Ainda sobre a educação dos filhos, a pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade de Massachusetts – Estados Unidos - Nancy Folbre (2001) mostra que homens e mulheres, ao casarem-se, assumem um compromisso onde há uma expectativa de reciprocidade entre os dois. Porém esta reciprocidade, nas palavras de

Paulilo (2005), não se aplica aos filhos, estes devem ser sustentados e cuidados. Folbre (2001) argumenta que as pessoas são produzidas por outras pessoas, são geradas, alimentadas, educadas, cuidadas dentro da instituição chamada família.

Para Folbre (2001), a reciprocidade entre marido e mulher acontece no presente e, portanto pode ser mais controlada, entretanto a reciprocidade entre pais e filhos se dá em termos de futuro. Mesmo que os pais desfaçam o compromisso matrimonial permanecem tendo obrigações com a socialização dos filhos. Fato que não corresponde às famílias de baixa renda, pois muitos homens abandonam o lar e a responsabilidade fica somente para as mulheres.

Paulilo (2005) complementa a idéia falando do alto preço que se paga para criar os filhos, sendo que deve-se investir cada vez mais em educação, saúde, cuidados e segurança e sobre a complexidade que envolve sua socialização e a relação entre pais e filhos adultos que se altera a cada geração. Segundo ela,

[...] a sociedade espera que os pais cuidem dos filhos, tanto que podem ser punidos quando não o fazem, inclusive perdendo a guarda das crianças. Espera-se também que os filhos cuidem dos pais idosos e já estão aparecendo casos na justiça de pedido de pensão de pais aos seus filhos. Mas há uma diferença. Os pais podem controlar o que dão aos filhos, mas não podem saber ou ter poder de decisão sobre o que vão receber. Mesmo que na opinião deles, eles tenham dado o suficiente ou até muito, os filhos adultos podem ter outra opinião e guardar ressentimentos. Também ao formar outra família, nem sempre contam com a compreensão dos cônjuges na ajuda aos pais. (PAULILO, 2005, p. 4-5).

Essa situação se agrava ainda mais nas favelas, pois além do desemprego, da fome, das doenças, da insuficiência de serviços públicos e infra-estrutura, das péssimas condições de trabalho a que se submetem homens e mulheres, os filhos estão muito próximos do tráfico de drogas. Os pais necessitam empregar um esforço ainda maior para criarem os filhos num espaço em que a proximidade das crianças e jovens com o “mundo das drogas” atenua as barreiras e facilita o envolvimento.

Frente a esta realidade é comum encontrar famílias em que, se o marido está empregado, a mulher escolhe a opção de passar mais tempo em casa na tentativa de educar e cuidar melhor dos filhos. A presença da mãe garante um controle maior sobre os filhos pequenos, assim como a permanência destes na escola ou em projetos educacionais. A redução do tempo em que os filhos ficam sozinhos em casa e na rua resulta também na redução e controle dos riscos destes se envolverem com traficantes.

Assim, a responsabilidade e o trabalho das mulheres aumentam na mesma proporção em que aumenta o número de filhos, sendo que, segundo Hildete Pereira (2004), a taxa de fecundidade no Brasil é mais alta nas famílias pobres. Dessa forma, há uma maior concentração de crianças nessas famílias, enquanto que os idosos são mais numerosos nas famílias não pobres. A autora conclui que se nasce mais na pobreza, mas se vive menos nela. Este dado pôde ser comprovado em campo, pois entre os membros das famílias inscritas no projeto de habitação, 60% são crianças de 0 a 14 anos, enquanto que o número de idosos, acima de 60 anos, nem chega a 5%.

Nesse sentido, Folbre (2001) conclui que a dedicação dos pais, principalmente da mãe, traz importantes benefícios para a sociedade como um todo, pois divide com a sociedade toda, os benefícios de uma nova geração bem criada, mas não os custos. Os custos quem paga são, principalmente, as mães.

O que se tentou apresentar aqui foi o debate que gira em torno da discussão sobre o valor do trabalho realizado pelas mulheres e as dificuldades de mensurá-lo e enquadrá-lo dentro de uma teoria econômica. Também, apresentou-se a importância do trabalho doméstico responsável pela produção das pessoas para a reprodução da sociedade humana. Parte-se agora para a função do trabalho feminino no espaço público das comunidades.

4. “Mulheres construindo comunidade”: um olhar sobre o cuidado com as pessoas e com o bairro

Carrasco (2004) diz que as famílias combinam os três tipos de trabalhos – emprego, trabalho doméstico e trabalho de participação cidadã – de uma forma dinâmica a fim de subsistirem com a maior qualidade de vida possível. Defende que tanto o emprego quanto o trabalho doméstico são necessários para a reprodução social e pessoal e que apesar de serem atividades regidas por diferentes lógicas deveriam ser analisados em conjunto.

Nessa perspectiva, Carrasco (2004) ressalta a importância do trabalho de participação cidadã. Este também conhecido como trabalho voluntário “engloba uma cantidad de actividades muy variadas realizadas em distintos espacios sociales y com um papel significativo em lo que podríamos llamar la cohesión social” (CARRASCO, 2004, p. 19). Sem estes dois trabalhos pessoas doentes, crianças, idosos, deficientes, desempregados, dentre outros, simplesmente morreriam.

As mulheres líderes comunitárias, estudadas nessa pesquisa, que fazem parte das associações de moradores ou atuam em instituições da região, desenvolvendo trabalhos voluntários em prol do coletivo, estão cotidianamente envolvidas com as rotinas do bairro e, portanto, estão envolvidas com o trabalho de participação cidadã.

Mesmo que com restrições e limitações, a participação das mulheres nas reuniões do bairro é maior do que a dos homens, pois estes passam mais tempo ausentes do bairro. A presença das mulheres nas reuniões do projeto habitacional foi conflituosa devido às reivindicações e questionamentos expostos. Elas não tiveram, salvo raras exceções, poder de decisão, mas levantaram a voz e gritaram pelo o que queriam para chamar a atenção para seus problemas do cotidiano.

Uma líder comunitária expõe essa situação:

[...] as mulheres têm uma força muito grande, mas que não dá tanta visibilidade. Porque a gente percebe que no bairro o que dá mais visibilidade é ver uma Associação de Moradores né, ver uma coisa mais organizada e quem tá à frente da Associação de Moradores geralmente são os homens. Agora que as mulheres estão participando mais das associações. Mas por trás não é tão visível, mas as mulheres têm uma força grande no sentido de reivindicar, porque são elas que têm os filhos pequenos e que tão ali com eles, são elas que tão mais na casa, são elas que são mais sensíveis a essa questão da vida mesmo, e quando é pra levantar a voz pra brigar e lutar nas reuniões são elas que tão ali, mesmo que é pra fazer o que o pessoal diz que é bafão, faz um bafão lá, faz um escândalo... mas essa questão da sensibilidade com a vida, quando tá ligado à questão de saúde, de criança, de família, a mulher ela tá sempre ali e quando é pra gritá, ela grita. [...] Então quando era pra pegar essa coisa assim de mobilizá a mulherada, a gente sentia que elas tinham força. E se era pra metê a boca então ela metia mesmo, mas uma coisa é o espaço visível organizado, associação que estavam os homens na negociação, outra coisa é o espaço informal, a criança caindo, a casa que chovia dentro, falta de água, então a gente sentia que ali elas tinham mais força. (Azaléia).

São as mulheres as mais preocupadas com os doentes, idosos, deficientes físicos e crianças, pois são elas as responsáveis pelos cuidados com essas pessoas, com a qualidade de vida e o bem-estar da família.

As entrevistas trazem à baila diversos problemas enfrentados pelas famílias. Dentre eles destacam-se os relacionados com a perda da auto-estima feminina, a situação das famílias do bairro, a manutenção dos bens públicos e a limpeza das ruas e terrenos. A educação dos filhos e suas possibilidades de conseguirem oportunidades de trabalho para não se envolverem com drogas também foi um assunto sempre presente. E entendem que a participação das mulheres no cotidiano do bairro é que pode suavizar os

problemas e trazer boas mudanças. Essas mudanças, elas passaram a perceber no relacionamento com os vizinhos e com os filhos.

A partir do momento que você participa, vai na escola, vai numa reunião, tá ali com o vizinho, com a vizinha, tá tomando chimarrão, você vai conhecendo, porque daí se tu não participa chega uma situação que aconteceu comigo, há uns anos atrás, que quando eu chegava em casa não sabia nada da comunidade e os meus filhos sabiam de tudo. Eu saía com as minhas filhas e elas conheciam todo mundo, abraçavam todo mundo e ninguém me conhecia e eu não conhecia ninguém e daí eu fiquei com vergonha daquilo. Daí eu peguei um serviço com menos horas, que eu ia ganhá menos, mas ia ganhá menos entre aspas, porque ia ganhá mais participando da comunidade junto com meus filhos, tando com os filhos de outras mães também ajudando, participando, então assim isso vai ajudando também, vai incentivando. (Primavera).

Afirmam que o fato de participarem mais do cotidiano do bairro, cuidando das coisas e das pessoas, acabou por aproximá-las mais dos filhos e alterar alguns comportamentos dos mesmos em relação à manutenção dos bens públicos. “Antes até as lâmpadas as piizadas estragavam, destruíam, agora não, hoje não, hoje é diferente” (Íris). Também acreditam que as mulheres tenham “mais jeito” e “força de vontade” que os homens para participarem das atividades do bairro (Orquídea). Para esta mesma líder a diferença é que as mulheres “pegam mais de coração”. Outra líder afirma que “não é uma questão de força braçal é força de caráter, de mente, de paciência, de ir à luta” (Primavera).

O cuidado com o bairro e com as pessoas e a ajuda aos vizinhos foram categorias que estiveram muito presentes nas falas dessas mulheres. Tradicionalmente a mulher foi socializada para desenvolver trabalhos relacionados à assistência e aos cuidados para com os outros. Sendo que, segundo Montenegro (2003), suas habilidades com o cuidado realizadas no espaço privado da família são transferidas para o âmbito da comunidade e das profissões que exercem. Gilligan (1982), em sua análise na área da psicologia do desenvolvimento, propõe que existem diferenças entre os gêneros sobre a questão da moral. Afirma que as mulheres tendem a focalizar a moral dentro da noção de cuidado, enquanto os homens, na de justiça. As mulheres são conduzidas por um princípio moral distinto que tende a priorizar o outro, indo além do princípio de justiça.

As atividades das mulheres também permitem consolidar as comunidades. Para Carrasco (2004), as mulheres estendem o objetivo do trabalho doméstico e do cuidado com as vidas humanas para o âmbito das comunidades, através do trabalho voluntário que a autora chama de “trabalho de participação cidadã”. Mas essa

transferência não foi percebida em campo como tranquila. Muitas líderes dizem ter sofrido muito com a resistência do marido em relação ao seu envolvimento com as coisas e as pessoas do bairro, além disso, a sua participação nas tarefas de cuidado dos outros moradores e do bairro resulta em acúmulo de atividades e de responsabilidades.

O depoimento que segue relata a resistência do marido e expõe as dificuldades de conciliação entre atividades domésticas, trabalho fora de casa e trabalho comunitário.

Meu marido, ele cumpre as 8 horas do serviço dele, ele vem pra casa, pega e vai com meu cunhado tomá um chimarrão e é essa a preocupação dele e pronto! Chega no final do mês pega o dinheiro e me dá, a gente paga as contas e pronto! Mas que nem no meu caso, eu também trabalho fora, eu sempre tô com as mulheres que a preocupação delas acaba sendo da gente também, eu tenho 5 filhos, daí a gente tem o programa dos filhos no colégio, mesmo que seja na rua com os filhos. Em casa tu trabalha, tu faz isso, passa, lava, cozinha e cuida até do cachorro, quer dizer, e daí sai, vai num projeto e ele reclama que demorou, porque “o que tu que lá, que não tem nada a ver contigo”, então tem essas coisas assim. Então a mulher é capaz de trabalhá fora, cuidá do filho, sabê o que tá acontecendo com ele na rua, com os amigos dele no colégio, dentro de casa. tudo é com a mulher e se acontece alguma coisa com teu filho ou com tua filha você é culpada, o marido nunca é culpado. Se a filha vira puta, a mulher é culpada, se o filho matou, roubou, a mulher é culpada, a culpa é tua, porque ele diz que ele tava lá trabalhando e você tava fazendo o quê? Mas a verdade é que a gente trabalha também, tem compromisso com o patrão e não é só com o patrão, é com um, é com o outro, é na comunidade, é isso, é aquilo, é dentro de casa, lava cozinha, passa, chega, o almoço tem que tá pronto, tira a louça, lava a louça, guarda, lava roupa e mais isso, vai no colégio, o filho teve um problema, tu tem que tá lá resolvendo, deu com outro, quer dizê então tem essa parte. (Primavera).

A capacidade da mulher de realização simultânea de diversas atividades, sejam elas remuneradas ou não, também está presente nesta última fala. Elas articulam entre o emprego, o trabalho doméstico e o trabalho de participação cidadã, mesmo que com restrições. Entendem-se responsáveis tanto pelo o que acontece dentro de suas casas, com os membros de sua família, quanto pelo o que acontece no bairro, pois o espaço da rua é primordial para a construção das redes de solidariedade, da cidadania e das relações sociais constituintes dos indivíduos.

Outra mudança percebida pelas mulheres a partir de sua participação no bairro é o crescimento pessoal e a mobilização para a busca de direitos.

Participação é quando eu venho e coloco o que eu estou sentindo, eu olho de forma regular ou irregular. Eu acho que isso é uma grande participação desde quando que eu me interesso a participar do assunto que tá acontecendo na comunidade. Agora quando eu me isolo, aí esse tipo de participação acho que a gente não consegue crescer. A tendência é ficá deprimida, é não sabê o que

tá acontecendo. E as mulheres também procuram saber quais são os seus direitos. Então isso é que leva a crescer, eu sinto que quando a gente procura os direitos da gente faz com que a gente cresça na vida. (Petúnia).

Em sua fala, a mulher surge com o papel não só de reivindicar os serviços para os moradores do bairro como projetos de apoio educativo para as crianças, creches, escolas, mas de apoiar esses serviços trabalhando em prol de seu desenvolvimento e fiscalizando seu funcionamento.

A gente sabe as normas de segurança, por exemplo, de como funciona a cozinha da creche, então se a gente é da comunidade, a gente tá aqui e tá vendo, então a gente tá chamando a atenção, a gente tá levando esses problemas, porque a gente quer aquele problema resolvido, mas daí a gente passa a ser um problema pra eles [poder municipal], porque a gente tá exigindo que aquilo ali se resolva. (Primavera).

As mulheres acreditam na importância de cada serviço, de cada projeto que é realizado dentro do bairro e percebem a importância de estarem envolvidas voluntariamente para garantir a qualidade do mesmo e o bem-estar das crianças. Entretanto reclamam que quando há vagas de trabalho remunerado, são as pessoas de fora que são contratadas e elas profissionalmente permanecem desvalorizadas dentro do próprio bairro.

Eu acho que a mulher é pra tá em todo trabalho pra ajudá a comunidade, eu acho assim que quando surge um serviço, surge uma creche, surge um projeto, alguma coisa, se aquilo ali vai tá ajudando as crianças, vai servi pra emprego, cozinheira, faxineira e seja o que for, eu acho que quem tem que tá incluído é a mulher da comunidade. Quer dizer que na hora da gente tá ajudando, tá ali, fazendo o projeto, assinando, fazendo abaixo assinado, fazendo buscativa pra abrí a creche, pra funcioná, pra tê as crianças, as mulheres da comunidade servem e na hora de contratá, que sabem que a maioria aqui é desempregada, então nessa hora vem a firma de fora, traz quem quer. (Primavera).

5. Algumas considerações

Neste texto apresentaram-se algumas considerações sobre o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico e no âmbito das comunidades. As mulheres, por serem responsáveis pelo cuidado para com as outras pessoas, possuem liberdade para circular por toda a favela construindo comunidades e relações, formando redes de apoio,

realizando trabalhos voluntários, mas ainda são pouco vistas, apoiadas e valorizadas, tendo pouco poder de decisão nos espaços que constroem.

Na região estudada, as determinações do comércio de drogas não têm influenciado significativamente o papel da mulher dentro da favela. Ao contrário, o que se percebe é que as mulheres, apesar das demarcações territoriais, das brigas de gangues, são as únicas a terem liberdade de acesso a praticamente todos os espaços dentro do bairro.

As mulheres líderes comunitárias realizam trabalhos de participação cidadã. Circulam todos os dias pelas ruas da favela na tentativa de amenizar problemas através de seus esforços e cuidados. Mas todas as mulheres que aí residem possuem uma trajetória de vida semelhante, convivem principalmente com a pobreza, com as doenças e com a violência. Possuíram uma infância curta com vida adulta prematura. Tudo em suas vidas foi antecipado, inclusive o trabalho, o casamento, a gravidez e a velhice. Carregam a responsabilidade pela educação dos filhos e a culpa pelas escolhas erradas que estes realizam.

As políticas públicas dos últimos anos também acenam para a possibilidade de mudanças na visibilidade do trabalho das mulheres dentro das favelas, isso graças à incorporação das políticas de gênero, resultado de longos anos de ação de pesquisadoras do mundo todo e do movimento feminista.

Por fim, conclui-se que as reivindicações femininas no projeto habitacional foram interpretadas como particulares, como coisas do cotidiano, como coisas relacionadas à casa, sendo apenas pontuais. Entretanto, o significado da reação das mulheres ao projeto de habitação, mesmo sem ter clareza sobre a abrangência de suas ações, questionou todo um modelo de decisão tecnocrático que é masculino e autoritário. Ao colocarem suas reivindicações, elas mostraram um lado que não é de ausência, mas de presença. Exerceram um papel de contestação à falta de democracia, ao desprezo que sempre receberam e à visão que o poder público tem dos pobres. Essa contestação esbarra nos fortes pilares que sustentam a imagem das mulheres em situação de pobreza como ausentes dos espaços de participação e decisão e desconsideram seus saberes, fazendo tábula rasa das suas experiências de vida. Além disso, a reivindicação de coisas do cotidiano é o princípio da conquista da cidadania e um ensaio à organização popular.

6. Referências bibliográficas

- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: Rocha, Maria I. B. da (org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.
- CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma Economia Feminista. In: **Revista Proposta**: revista trimestral de debates da FASE, ano 28/29, n. 103/104, São Paulo, jan./mar. 2005.
- CARRASCO, Cristina. **Trabajo con mirada de mujer**: propuesta de una encuesta de población activa no endocéntrica. Espana: Consejo Económico y Social, 2004.
- CHOINACKI, Luci. Câmara dos Deputados. Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil. **Por um Brasil sem desigualdades: relatório final**. Brasília: coordenação de publicações, 2004.
- FOLBRE, Nancy. **The production of people by means of people and the distribution of the costs of children (2001)**. Disponível em: <<http://www-unix.oit.umass.edu/~folbre/folbre/workpapr.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.
- GILLIGAN, C. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1982.
- LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia**: trajetórias de vida de mulheres migrantes. Florianópolis/Chapecó: Ed. da UFSC / Argos, 2003.
- MACHADO, Leda Maria Vieira. **A Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas**: perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999.
- MELO, Hildete Pereira de. Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil. In: A.BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 out. 2006.
- PAULILO, Maria Ignez. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina: UEL, v. 8, n. 1, jul./dez. 2005.
- PEREIRA, Hildete. **Gênero e pobreza: uma agenda em debate**. 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/mujer/reuniones/quito/HildeteQuito2.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2007.
- ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres**. Mestrado em Sociologia Política. UFSC. Florianópolis, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth B. A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade. Petrópolis, Vozes, 1976.
- SALEM, Tânia. Mulheres Faveladas: “Com a venda nos olhos”. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade, v 20(2), Porto Alegre: FE – UFRGS, jul./dez. 1995.
- WOORTMANN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: CNPq, 1987.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um Século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.